

cutido, entrando em votação foi approvado.

O Artigo 50 adiou-se por ser dada a hora.

O Sr. Presidente designou para a Ordem do dia, e primeira discussão o Projecto de lei, hum em declaração ao Artigo 6.º da Constituição do Imperio, e outro sobre a execução da sentença de pena de morte, e se houver tempo a continuação do Regimento Interno.

O mesmo Sr. Presidente convidou a os Srs. Senadores para se acharem no Paço do Senado as dez horas da manhã em todos os dias de Sessões.

Levantou-se a Sessão as duas horas = Visconde de Santo Amaro Presidente = João Antonio Rodrigues de Carvalho Secretario = Barão de Valença 2.º Secretario.

Sessão 29.ª

No Dia 15 de Junho de 1826.

Presidencia do Sr. Presidente

Aberta a Sessão foi lida, e approvada a Acta da antecedente.

O Sr. 4.º Secretario deu parte de estarem na Mesa as condições com que os Tachigrafos se propoem a continuar no serviço da Camara. Remettido a Comissão respectiva.

O Sr. Relator da Comissão da Redacção do Diario, leu o Parecer da mesma sobre as condições offercidas por Antonio Joze de Paiva Guedes de Andrade, e com as quaes se encarrega da Redacção do Diario.

Leo depois outro Parecer sobre o requerimento do Tachigrafo Victorino Ribeiro de Oliveira e Silva, que pede ordenado maior de oitocentos mil reis. Ficou para segunda leitura.



Hum Sr. Senador pediu urgencia para o outro Parecer a respeito do Redactor; e sendo posta a votacao, venceu-se a urgencia.

Entrou o Parecer em discussao, e depois de ser julgada sufficiente, passou o Sr. Presidente a propor a votacao da Camara o primeiro Artigo do Parecer que diz:

" 1.<sup>o</sup> Antonio Jori de Paiva Guedes de Andrade, sera Redactor do Diario, com o ordenado annual de hum cento e darentes mil reis, pago a cem mil reis por mes; e tera Escrevente, e Servinte como esta proposto. Nao foi approvado; e em consequencia julgou-se prejudicado o resto do Parecer.

Fez-se a primeira leitura de hum Projecto de Lei tendente a promover o augmento da Marinhagem, e he o seguinte:

### " Projecto de Lei "

A Assembleia Geral Legislativa do Imperio do Brazil; Querendo promover o augmento da Marinhagem para o servico dos Navios tanto Mercantes, como de Guerra, Decreta o seguinte

#### Artigo 1.<sup>o</sup>

Serao isemptos do servico Militar da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha, e de todo, e qualquer onus, ou encargo municipal os pescadores matriculados na Intendencia da Marinha, ou na Camara do lugar onde nao houver tal Intendencia.

#### Artigo 2.<sup>o</sup>

As Lanchas, ou Barcos de pescaria nao serao obrigados a tirar licencas para sahirem a pesca: Serao numeradas, e registadas na referida Intendencia ou Camara, pena de pagarem vinte mil reis de condemnacao para as despesas da Marinha de Guerra. No



registo se fará separação das Embarcações que sahem a pescar barra fora, e das que pescão dentro dos Portos, ou rios; e nelle se declarará o nome do Barco, ou Lancha, sua numeração, o nome do dono, ou donos, do Mestre, ou Arraas, o Districto a que pertence, e o numero das pessoas que formão a sua companhia. Por este registo pagará a Embarcação cem reis a favor do Escrivão respectivo. Toda a vez que se mudar de dono, ou de Arraas se fará novo registo.

### Artigo 3.º

O pescado tanto salgado ou seco, como fresco, sendo feito por Embarcações que sahirem barra fora, e cujos dois terços da Companhia pelo menos forem de homens livres, subditos de Sua Magestade O Imperador, será d'ora em diante livre de Direitos, e de toda e qual quer contribuição ou propina.

### Artigo 4.º

Agente da Companhia será matriculado na Intendencia da Marinha, ou na Camara do lugar onde não houver Intendencia, declarando-se na lista da Matricula o numero das pessoas livres, e o dos escravos, e pagar-se-ha quaranta reis por cada pessoa ao Escrivão competente.

### Artigo 5.º

Se o Mestre, ou Arraas der á matricula algum escravo na conta dos livres, será multado por esta fraude, pela primeira vez no valor do mesmo escravo para sua liberdade, e pela segunda terá a mesma pena, e quatro annos de prisão.

### Artigo 6.º

Fica prohibido o abuso dos currais, ou estacas para a pesca, praticado nas Costas, e dentro dos Portos, Bahias, e Rios.



### Artigo 7.<sup>o</sup>

Será licito aos pescadores o pescarem em todos os mares, bahias, e rios do Imperio, bem como o venderem o seu peixe onde bem lhes convier.

### Artigo 8.<sup>o</sup>

Todo o Capitão, ou Mestre de Navio empregado na Navegação costeira, cuja metade da tripulação for de homens livres, subditos de Sua Magestade o Imperador do Brazil, terá humã gratificação de dez mil reis por cada hum, os quaes lhe serão pagos pelo Thesouro Publico, logo que voltar do seu destino, apresentando o competente certificado do extrahido do Livro da Matricula.

### Artigo 9.<sup>o</sup>

Quaesquer generos conduzidos em Navios Brasileiros por conta de Marinheiros Brasileiros nos seus respectivos ranchos, ou agalhados, serão isentos de Direitos assim por entrada, como por sahida, vindo acompanhados de competente attestado assignado pelo Capitão, Escrivão do Navio.

### Artigo 10

O Dono de Navio, Capitão, ou Mestre, Escrivão, ou qualquer outro individuo que abusar da disposição do precedente Artigo, defraudando, ou concorrendo para defraudar os Direitos Nacionais, fica sujeito ás mesmas penas que se achão estabelecidas contra os que extraviam os mencionados Direitos.

### Artigo 11.<sup>o</sup>

Todo o Marinheiro que houver servido nos Navios Brasileiros por espaço de vinte annos, e se achar incapaz de continuar na vida maritima de bordo, será admittido, e empregado nos Arsenaes da Marinha, naquelle trabalho em que puder prestar ainda



47

algun serviço de guerra inteiramente es-  
tiver impossibilitado, o Estado proverá a  
sua subsistência do modo possível.

Artigo 12.º

O Marinheiro que tiver servido nos Navios de  
Guerra por tempo de dez annos, ou de cinco  
annos em tempo de guerra, e mostrar que  
não pode continuar no mesmo serviço, será  
admittido, e empregado nos Arsenaes da Ma-  
rinha, n'aquillo que fór compativel com as  
suas forças physicas, e nunca terá menores  
vencimentos do que percebia. E se inteira-  
mente não estiver capaz de servir, será re-  
formado com todos os seus vencimentos.

Artigo 13.º

O Marinheiro, ou Official Marinheiro dos  
Navios de Guerra, que durante o combate,  
ou em consequencia d'este ficar aleijado, mu-  
tilado, ou perder qualquer parte do seu  
corpo, terá huma pensão mensal em quan-  
to viver, equivalente á terça parte do respec-  
tivo soldo, ou soldada, a qual lhe será  
paga pelo Cafoz da Marinha, e independen-  
te do mesmo soldo ou soldada, e de ou-  
tra qualquer remuneração, mercê, ou van-  
tagem que tenha, ou possa vir a ter. E se  
por motivo de tal aleijão, ou mutilação fi-  
car incapaz do serviço de bordo, será empre-  
gado nos Arsenaes, ou reformado na forma  
do Artigo antecedente. Neste ultimo caso  
porem não conservará a pensão, se lhe faltar  
o tempo de serviço marcado no mesmo artigo  
precedente.

Artigo 14.º

Ficão revogadas todas, e quaesquer disposições  
contrarias ás do presente Decreto.

Paco da Camara dos Senadores em 15 de  
Junho de 1826 - Visconde de Laranjeira.



Ficou para segunda leitura.

Os Srs. Visconde da Praia Grande, e de  
Anhambupe, mandaram à Mesa os seus vo-  
tos sobre o Projecto de Naturalisação, requerem-  
do que fossem inseridos na Acta.

Por este motivo requerio hum Sr. Sena-  
dor que antes de se escreverem na Acta aquel-  
les votos, se discutisse o Artigo 51 do Regimen-  
to, que permite expender as razões dos votos  
contrarios ao que foi sancionado na Cama-  
ra; e para esse fim mandou a Mesa hu-  
ma Indicação que foi apoiada.

Fulgando-se discutida, o Sr. Presiden-  
te consultou o voto da Camara a esse respei-  
to, e decidio-se que não tinha lugar a ma-  
teria da Indicação.

Em consequencia transcrevem-se os  
dois votos mencionados, que são os seguintes:

„ Voto que o Artigo 2.º do Projecto de Lei  
„ sobre a Naturalisação dos Estrangeiros deve  
„ ser suprimido por tres razões: 1.ª, por que  
„ sahê fora dos limites prescritos para esta Lei  
„ no Artigo 6.º Paragrafo 5.º da Constituição,  
„ aonde se manda determinar as qualidades  
„ que devem ter para serem naturalizados, e  
„ não os Direitos de que ficão gerando. 2.ª, por  
„ que na hypothese de que aos Naturalizados  
„ competem outros Direitos Politicos alem dos que  
„ lhes são concedidos nos Artigos 91, e 94, restrin-  
„ ge-se arbitrariamente o exercicio d'aquelles Di-  
„ ritos, os quaes, sendo isto hum objecto consti-  
„ tucional segundo o Artigo 178, só podem ser  
„ alterados, ampliados, ou restringidos no tem-  
„ po, e com as formalidades marcadas na  
„ Constituição nos Artigos 174, 175, 176, e 177.  
„ 3.ª, por que, concedendo aos naturalizados,  
„ depois de dez annos, o exercicio de todos os Di-  
„ ritos Politicos, de que expressamente não são



„excluidos, vem a conceder-lhes mais Direitos.  
 „do que concede a Constituição, por exemplo,  
 „o do Senador; sendo estes Direitos devidos,  
 „não de huma expressa concepção, como dev-  
 „rão ser, mas de hum principio tão incerto,  
 „qual he o de não se exprimir a sua exclusão,  
 „incerta, e talvez falsidade, que fica clara, e  
 „patente, analysada a Constituição, e combi-  
 „nados hums com os outros Artigos relativos aos  
 „Direitos Politicos dos Estrangeiros Naturaliza-  
 „dos = Visconde da Traia Grande.

„Declaro que votei pela supressão do Ar-  
 „tigo 2.º da Lei da Naturalisação, substituindo  
 „por outro que fez huma excepção. = Visconde  
 „de Inhambupe.

O Sr. 1.º Secretario leu hum officio  
 que acabava de receber do Ministro e Secreta-  
 rio d'Estado dos Negocios da Justica, acompa-  
 nhando a relação dos que foram sentenciados,  
 e processados nas Commissions Militares de  
 Pernambuco, e Ceará.

Foi remettido á Commissão de Legisla-  
 ção.

Ordem do dia. Entrou na primeira  
 discussão o Projecto de Lei declarando o Arti-  
 go 6.º da Constituição do Imperio.

Julgando-se discutido, o Sr. Presi-  
 dente consultou a Camara se o Projecto pas-  
 saria a 2.ª discussão, e resolveu-se que sim.

Seguiu-se a primeira discussão do ou-  
 tro Projecto sobre a execução da Sentença de  
 pena de morte.

Tendo sido debatido, e posto á votação  
 venceu-se da mesma forma, que passasse a  
 2.ª discussão.

O Sr. Presidente deu para Ordem do  
 dia, em primeiro lugar a 2.ª discussão da  
 Proposta da Commissão da Redacção do Di-



ario sobre Redactor, Tachigrafos N.º, em segun-  
do lugar a 1.ª discussão do Projecto de Lei a res-  
peito dos Juris, e se houver tempo a continu-  
ação do Regimento Interno.

Levantou-se a Sessão as duas horas =  
= Visconde de Santo Amaro Presidente = João An-  
tonio Rodrigues de Carvalho = Barão de La-  
lença 2.º Secretario.

Sessão 30.ª  
No Dia 16 de Junho de 1826

Presidencia do Sr. Presidente

Aberta a Sessão foi lida, e approvada a Acta  
antecedente

O Sr. 1.º Secretario leu o Requerimen-  
to do Tachigrafo Teodonio Antonio Alves, e  
os Praticantes Francisco Jori Moreira, e Jori  
Antonio Pereira do Lago, que pedem a sua  
dimissão. Foi remittido a Comissão da  
Redacção do Diario

Entrou em segunda discussão a Propos-  
ta da Comissão da Redacção do Diario,  
a respeito do Redactor, e dos Tachigrafos; e  
hum Parcer da mesma Comissão sobre  
o requerimento do Redactor, o qual se man-  
dara annexar aquella Proposta para con-  
junctamente se discutirem.

Findo o debate, propoz o Sr. Presidente  
a votação:

1.º Se haveria hum Redactor. Approvou-se.

2.º Se em consequencia da approvação que  
acaba de vencer-se ficava irrita a deliberação  
tomada em Sessão anterior para serem dois  
os Redactores. Venceu-se que ficasse de ni-  
nhum effeito a anterior deliberação.

3.º Se ao Redactor se daria ordenado,